

Rafael convoca metalúrgicos do ABC para Comissão de Mobilização

Ao convocar toda a categoria para participar hoje, às 18 h, da Comissão de Mobilização na Sede, o presidente do Sindicato, Rafael Marques, foi enfático ao afirmar que sem sindicato, sem organização, nem luta social, não há democracia ou avanço, além de não existir defesa do que já foi conquistado.

“Queremos envolver a nossa militância e toda a base nesta atividade para debater com todos como tudo vai acontecer amanhã, no Dia Nacional de Luta. É importante a vinda da companheirada porque a diretoria quer fazer uma discussão mais democrática, além de

envolver todos com a mobilização”, disse. Rafael destacou que o Sindicato nunca faltou ou faltou nas horas difíceis com sua responsabilidade com a categoria.

Por isso chama todos os trabalhadores ao debate nesta hora em que o Brasil vive um momento de luta e ascensão social.

Dia Nacional de Luta

Os metalúrgicos do ABC participam amanhã pela manhã do ato nacional com a CUT e as demais centrais sindicais (veja a pauta nas páginas 2 e 3).

“A decisão está tomada. Vamos jogar todo o nosso peso amanhã. Esta atividade tem que ser a maior e a melhor possível. É tarefa de todos os sindicatos do País fazer da manifestação um belo ato da esquerda brasileira, pois não é só uma luta do ABC, é geral. Há motivos para isto”, declarou Rafael.

De acordo com o dirigente, o governo federal já se comprometeu com o início das negociações sobre as reivindicações dos trabalhadores.

“Vamos unificar a classe trabalhadora”

“Fazer uma boa e forte mobilização significa que a negociação começa com um grande impulso dos trabalhadores em defesa da pauta. Vale dizer ainda



Fotos: Paulo de Souza

“É importante a participação da companheirada para uma discussão mais democrática”, diz Rafael

que todas as nossas ações melhoram com os atos da juventude acontecendo por todo o Brasil, pois emergiu um tema muito importante que é a reforma política”, prosseguiu o presidente do Sindicato.

“Vamos unificar a classe trabalhadora brasileira e reformar o sistema político do País, torná-lo mais democrático, representativo, transparente e aberto porque nós queremos um serviço público de qualidade. O importante é levar cada vez mais o povo ao primeiro plano nas decisões de caráter político. Muita gente já faz isso, inclusive políticos, mas não é a maioria”, afirmou.



AMANHÃ É DIA DE LUTA!

Páginas 2 e 3

COMISSÃO DE MOBILIZAÇÃO

HOJE – 18h SEDE DO SINDICATO

DIA NACIONAL DE LUTA

TRABALHADORES NAS RUAS AMANHÃ POR UM BRASIL MAIS JUSTO E MAIS IGUAL

Os metalúrgicos do ABC vão se unir aos trabalhadores brasileiros que estarão nas ruas de todo o País amanhã, em grandes mobilizações e atos em defesa dos seus direitos, no Dia Nacional de Luta chamado pela CUT e as demais centrais sindicais.

A companheirada quer a rejeição do PL da precarização do trabalho;

o fim do fator previdenciário; democratizar os meios de comunicação; votar no plebiscito para a reforma política; 10% do orçamento da União para a saúde pública; 10% do PIB (Produto Interno Bruto) para a educação pública; reduzir a tarifa do transporte sem corte dos gastos sociais; a reforma agrária; e a suspensão dos leilões de petróleo (leia mais

nos quadros abaixo).

Os trabalhadores exigem que os governos municipais, estaduais e federal, além do Congresso Nacional tomem as medidas necessárias para colocar em prática suas reivindicações, pois a luta de todos é por um Brasil melhor, com desenvolvimento, valorização do trabalho, distribuição de renda e justiça social.

**1**

Rejeição do PL da precarização

O Projeto de Lei 4.330 precariza as condições de trabalho, pois incentiva a terceirização de todas as atividades de uma empresa, estimulando a rotatividade e piorando ainda mais o ambiente de trabalho. Estudos do Dieese apontam que nas últimas décadas as políticas de redução de custos das empresas resultaram no aumento do risco e do número de acidentes e doenças. Isto aconteceu devido ao desrespeito às normas de saúde e segurança, baixos níveis salariais, ampliação das jornadas de trabalho, crescimento da rotatividade e desobediência de direitos trabalhistas. E o PL 4.330 estimula e contribui para a queda ainda maior das condições de trabalho.

2

Fim do fator previdenciário

É preciso acabar com o fator previdenciário, que reduz em até 30% o valor das aposentadorias, e criar uma nova regra que não prejudique ainda mais os trabalhadores aposentados. Após eliminar o fator responsável por achatar o valor das aposentadorias, queremos aprovar a fórmula 85/95. Pela nossa proposta, o trabalhador que alcançar as somatórias de 85 anos para mulheres e 95 anos para homens, independente de quantos anos são de contribuição e quantos são de idade, terá sua aposentadoria integral, com base em 100% do salário de contribuição.

3

Democratização dos meios de comunicação

Precisamos avançar na garantia ao direito à comunicação para todos. Só assim teremos mais diversidade e pluralidade no rádio e televisão. Hoje, menos de dez famílias são proprietárias das maiores empresas de jornais, revistas, rádios, TVs e sites no País. Essa concentração impede a circulação de ideias e pontos de vista diferentes. Diante desse cenário, entidades da sociedade civil e do movimento social encaminharão um projeto de lei de iniciativa popular das comunicações para regulamentar o que diz a Constituição em relação às rádios e televisões brasileiras. Nosso desafio é alcançar 1,3 milhão de assinaturas para colocar o projeto de iniciativa popular por uma mídia democrática em debate no Congresso Nacional.

4

Plebiscito sobre a reforma política

A maioria dos deputados e senadores se beneficia do sistema político vigente. Por isso, não têm interesse em modificar a estrutura atual, que favorece a corrupção e que já mostrou que não é mais capaz de atender as reivindicações da população. Queremos mudar esse sistema e a melhor forma é um plebiscito, porque nele o povo é consultado antes da mudança e escolhe o que quer. Diferente do referendo, onde o povo só tem conhecimento depois que a escolha está feita e apenas apoia ou não. O plebiscito dará a oportunidade de todos os brasileiros aptos a votar exercerem a democracia direta, opinando sobre as principais questões da reforma.

5

10% do orçamento da União para a Saúde do Brasil

A CUT defende que 10% da receita bruta do País sejam destinados à Saúde Pública. O objetivo é garantir mais recursos para o Sistema Único de Saúde (SUS), para que ele se torne ainda mais universal e integral. O SUS é a proposta de política pública de saúde mais avançada do mundo, mas é preciso ampliar o acesso com qualidade ao programa. Por isso, a Central Única dos Trabalhadores e diversas entidades apoiam o Movimento Nacional em Defesa da Saúde Pública. A campanha, também conhecida como Saúde Mais Dez, quer encaminhar à Câmara Federal projeto de lei de iniciativa popular que assegure o repasse efetivo e integral de 10% das receitas brutas da União para o setor.

6

10% do PIB para a educação pública

Com o investimento de 10% do PIB em educação, o Brasil terá uma educação pública e de qualidade em todos os níveis, com universalização no acesso e professores com salários e condições dignas de trabalho. Segundo o IBGE, um quarto da população brasileira não possui a escolarização mínima. Essas pessoas são basicamente de famílias de trabalhadores do campo e da cidade. As escolas públicas – da educação básica até a superior – estão sucateadas, os trabalhadores da educação sofrem inaceitável arrocho salarial e a assistência estudantil é localizada e pequena. Por isso são necessários mais investimentos no setor.

7

Redução de tarifa no transporte sem corte nos gastos sociais

Apoiamos os atos pela revogação da tarifa, porém entendemos que o problema não se resume aos valores cobrados pelo serviço e que é urgente uma grande mudança para ampliar e tornar o sistema mais acessível e de qualidade. Hoje, os trabalhadores pagam muito caro por um serviço de péssima qualidade e que gera altos lucros para o empresariado. Defendemos a realização de uma conferência nacional sobre mobilidade urbana, para garantir um amplo debate seguido de propostas que promovam a ampliação e a melhoria da qualidade do transporte urbano coletivo de ônibus, trens, metrô e veículos leves sobre pneus, o VLP.

8

Reforma agrária

Para aumentar a produção de alimentos para o povo brasileiro, fixar as famílias no campo e gerar trabalho e renda no meio rural é preciso uma reforma agrária efetiva, urgente, com revisão dos índices de produtividade e limites para a propriedade da terra; expropriação de terras e destinação à reforma agrária onde houver trabalho escravo; fortalecimento da agricultura familiar com a ampliação e facilitação do acesso ao crédito, infraestrutura, pesquisa e políticas públicas de comercialização e distribuição.

9

Suspensão dos leilões de petróleo

O patrimônio bilionário que está sendo entregue ao capital privado nos leilões de petróleo e gás poderia resolver os problemas estruturais do Brasil se fosse apropriado pela nação e investido em benefício da população. Hoje, a maior parte dessa riqueza estratégica é apropriada pelas empresas produtoras e cada vez mais o capital privado avança sobre esses recursos. Precisamos barrar os leilões – o petróleo tem que ser nosso!